

## Para reitor, Constituinte virou "trem"

"Estão fazendo da nova Constituição um verdadeiro trem da alegria". A denúncia é do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam Buarque, que criticou ontem a inclusão no anteprojeto do relator Bernardo Cabral, de dispositivo que promove automaticamente todo professor adjunto IV ao nível de titular, dispensando a realização de concurso público. Para o reitor, esta promoção por lei "é inconstitucional e denigre tanto o cidadão quanto a Constituinte".

A emenda, de autoria do deputado Stélio Dias (PFL/ES) — ex-diretor do Departamento de Educação e Cultura da UFES e membro do Conselho Estadual de Educação — foi rejeitada pelo relator da Comissão de Ordem Social, deputado Almir Gabriel, com a justificativa de que "sua pretensão não condiz com o que estabelece o substitutivo do anteprojeto". Mas Dias insistiu na inclusão da emenda e pediu votação em destaque, sendo aprovada e incluída no artigo 35 da Comissão Temática.

O relator da Comissão de Sistematização não alterou o texto original da emenda do parlamentar capixaba e incluiu o dispositivo no capítulo das disposições transitórias, no artigo nº 486: "Os atuais professores adjuntos IV, do quadro das instituições de Ensino Superior do Sistema Federal de Ensino Superior, ficam classificados no nível de professor titular e passam a constituir quadros suplementares com todos os direitos e vantagens, sendo extintos estes cargos à medida que vagarem".

A permanência desta "promoção por lei" no texto constitucional incidirá diretamente no salário dos professores universitários (adjuntos IV), que pulariam dos atuais Cz\$ 68.558 para Cz\$ 82.736. "Isto é um absurdo", retruca o reitor na UnB, ao ironizar que tal dispositivo abre um precedente para que "todo coronel seja promovido a general". Buarque comenta que tanto na atual Constituição, quanto no novo Plano de Cargos e Salários elaborado pelo MEC, está prevista a necessidade do concurso público para a admissão e promoção de professores adjuntos em titulares. "Este é um coroamento da carreira e uma maneira séria de promoção", frisou.

O reitor da UnB afirmou que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) deve se pronunciar oficialmente sobre o assunto nos próximos dias, mas que por iniciativa própria já enviou ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e aos líderes partidários no Congresso Nacional, um telegrama manifestando em nome de toda a comunidade, a insatisfação pela tentativa de fazer da Constituição um verdadeiro trem da alegria através desta promoção por lei.

A reportagem do JBr procurou o autor da emenda, deputado Stélio Dias (PFL/ES), inclusive através de contato telefônico para sua residência em Vitória, sem contudo localizá-lo. Mas na apresentação da emenda, o parlamentar justificou sua intenção ao qualificar que o quadro promocional da carreira do magistério, automático no tempo, "produziu uma acumulação na carreira de adjunto e um conseqüente estrangulamento na carreira de professor adjunto". Dias prevê que "mesmo que todos quisessem fazer concurso, como a lei determina e que não foi cumprido, não se poderiam fazê-lo em tempo hábil com prejuízos de muitos que já chegaram ao nível IV e estacionaram, e que por certo em curto espaço prejudicará toda a estrutura da carreira".

## Arinos recebe líder após o mal-entendido

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), foi ontem ao gabinete do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, para, segundo ele, "desfazer um mal-entendido, uma interpretação errônea de minhas palavras" e, ao mesmo tempo, defender junto ao Senador, a sua tese de que a Comissão de Sistematização pode sobrepor-se ao Regimento Interno da Constituinte e acatar emendas de mérito.

As relações entre os dois estavam estremecidas desde a última sexta-feira, quando o líder do Governo afirmou que Arinos não tinha idade para, sobrepondo-se à vontade da maioria dos Constituintes, indefinir quase 5 mil emendas de mérito apresentadas ao anteprojeto de Constituição do relator, deputado Bernardo Cabral.

Arinos agradeceu as explicações mas, com relação às emendas de mérito, sustentou a posição de seguir o Regimento Interno. Apesar disso, admitiu a imprecisão do termo. "Ontem passamos mais de quatro horas discutindo o que é mérito e o que não é, e não conseguimos chegar a conclusão alguma".

**Definição**  
Segundo Sant'Anna, o primeiro passo do grupo Centro Democrático, que apresentou uma média de cem emendas de mérito com questões de interesse específico do grupo, é buscar a explicação sobre o que é mérito e o que é adequação. "Se a Mesa resolve que não aceita emendas de mérito, significa que a Sistematização pode ou não pode manifestar-se sobre o mérito. E se pode, por que não aceitar emendas de mérito?"

# Constituinte limita acesso às galerias

Josemar Gonçalves



Bernardo Cabral prevê um substitutivo com 200 artigos

## Cabral promete "o que maioria quer"

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), revelou ontem que vai apresentar um substitutivo ao projeto de Constituição que "será a síntese do que a maioria da população quer". Segundo o Regimento Interno da Constituinte, o relator tem até o dia 17 deste mês para elaborar o seu substitutivo.

A apresentação do substitutivo ocorrerá numa segunda fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização. No momento, o relator está concentrado na preparação de um parecer às emendas de adequação apresentadas ao anteprojeto de Constituição. Bernardo Cabral espera concluir o trabalho até quinta-feira, à noite, quando deverá entregar o parecer e o anteprojeto ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. A partir daí o anteprojeto recebe o nome de projeto de Constituição e passará a ser discutido na Comissão entre o próximo sábado e até a segunda-feira

da próxima semana. Ele explicou que vai conservar os pontos que considera positivos no anteprojeto, mas pretende enxugar o texto com a eliminação dos temas referentes a leis complementares e leis ordinárias. Assim, ele prevê que o seu substitutivo deverá conter em torno de 200 artigos.

Sobre o trabalho de adequação às matérias compatibilizadas entre as propostas aprovadas nas comissões temáticas, o relator informou que ainda hoje receberá todas as emendas acolhidas pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). A maior parte das sugestões são ligadas às questões de energia nuclear, empresa nacional e direitos e liberdades do homem e da mulher. Bernardo Cabral não pode alterar o mérito das propostas e, por isso, a maioria das 5616 emendas apresentadas ao anteprojeto foram rejeitadas pelo senador Arinos.

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte decidiu ontem restringir o acesso de populares e grupos de pressão às galerias do plenário e a eles serão destinados apenas 438 dos 935 lugares, sendo os restantes reservados para entidades civis, autoridades, corpo diplomático e imprensa (proprietários das empresas de comunicação). As cadeiras destinadas ao público serão distribuídas proporcionalmente entre os partidos representados na Constituinte.

No plenário, circularão os jornalistas credenciados da Casa, além dos constituintes, funcio-



## Planalto recomenda barreiras nas ruas

Barreiras na estrada e proibição de frequentar até mesmo as galerias. Estas são algumas das recomendações que foram feitas aos parlamentares da mesa da Constituinte por assessores da Presidência da República, transmitindo a preocupação do presidente José Sarney, que entende ser muito vulnerável o sistema de segurança dos constituintes, segundo apurou o *Jornal de Brasília*.

Sarney considera esta proximidade uma das principais responsáveis pela aprovação de muitos temas polêmicos, simplesmente porque os parlamentares foram "coagidos" pelos grupos de pressão.

Na Presidência, havia a crença de que Ulysses Guimarães facilitava a presença desses grupos e, por isso, não tomaria nenhuma medida para evitar as pressões.

Na CNBB, o secretário-geral da entidade, dom Celso Queiroz, considerava a participação popular um dos fatores positivos da Constituinte. A CNBB espera também que as restrições impostas não sejam usadas apenas contra lavradores, operários e outros segmentos populares.

nários e ministros. O salão Negro, entretanto, está liberado para quem não possui o credenciamento.

O credenciamento deverá ser feito com cinco dias de antecedência pelas entidades (cinco para cada uma) e permitirá o acesso apenas aos salões Verde e Azul, plenário e comissões. O 2º Vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) confirmou a instalação de um detentor de metais na única entrada que dará acesso às galerias.

Líderes dos pequenos partidos repudiaram a medida da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte.

O líder do Partido Democrático Trabalhista, deputado Brandão Monteiro (RJ) lamentou a atitude considerando-a antidemocrática. Essa também foi a posição do líder

do PT, deputado José Genoíno (SP) que propôs a colocação de um telão no Salão Negro.

Os líderes do PDS, deputado Amaral Netto, e do PCB, Roberto Freire aprovaram as medidas como necessárias ao afirmar que irá disciplinar as milhares de pessoas que estão sendo esperadas no plenário e corredores do Congresso.

Embora a carga das diretorias de Segurança da Câmara e do Senado, nos trabalhos da Constituinte, a Mesa poderá adotar outras providências para assegurar liberdade aos constituintes e a ordem no local. O 1º Secretário, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), não quis entrar em detalhes, sobre as medidas que poderiam ser tomadas numa situação de emergência.

## Violência preocupa deputados

Nem mesmo o critério de distribuição dos 438 lugares, nas galerias da Constituinte, a espectadores convidados pelos dirigentes partidários, tranquilizou os congressistas, entendendo alguns, como o líder do PDS, deputado Amaral Netto, que os debates em torno da futura Constituição vão gerar "verdadeira guerra campal nos gramados do Congresso".

Por sinal, o líder pedessista, que esteve recentemente em São Paulo, revelou haver, naquele Estado, quem defende a transferência da Assembleia para Rondônia, a fim de que os constituintes votem com inteira liberdade.

O segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que é corregedor da Assembleia, declarou a Amaral Netto que "a Constituinte só estará segura no céu".

Na opinião do líder pedessista, o critério de só permitir que ingressem nas galerias pessoas convidadas pelos partidos "dá uma falsa impressão de segurança".

"Quando se votou o parecer da comissão temática da Ordem Econômica - revelou Amaral - muita gente comprou os convites que haviam sido distribuídos

gratuitamente e os grupos de pressão, fornece a

"Muito bem" — sublinhou Amaral — "mas o problema será fazer chegar ao plenário da Assembleia os constituintes, pois o edifício do Congresso, a meu ver, estará cercado, na fase das votações, por mais de cem mil pessoas, ligadas aos mais diversos interesses." Em princípio, segundo Arbage, o esquema de segurança da Constituinte será o mesmo organizado para o comício das diretas-Já, com 400 agentes de segurança, no Senado e na Câmara.

Nas votações mais controversas realizadas no Congresso, ao tempo do governo Figueiredo — como no caso da extinção compulsória dos dois antigos partidos (Arena e MDB) — o espaço nas galerias foi ocupado por grupos antagonísticos. Enquanto os opositores viajavam a extinção do MDB, soldados em trajes civis, com agentes de segurança infiltrados, jogavam ampolas de ácido sulfúrico (propagando mau cheiro no recinto) e um pó branco, privativo das polícias militares, que provocam irritação nos olhos e nas narinas dos congressistas.